

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art.180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 04/2017.

Prefeito(s)

Nome	Periodo	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
CARLOS RENATO LIMA REIS	01/01/17 até 31/12/17	667.544.616-91	JUPITER,JARDIM SATELITE - 37.904-052	M4093763 - SSP	carlorenato@passosnet.com.br	(0035)8402-2253

Responsáveis pela Contabilidade

Nome	Periodo	CPF	Endereço	CRC	Email	Telefone
WENDERSON GARCIA COIMBRA	01/01/17 até 31/12/17	065.694.976-77	PINTASSILGO,N SRA DAS GRACAS - 37.902-404	1080590	contabilidade@passos.mg.gov.br	(0035)3522-7031

Responsáveis pelo Controle Interno

Nome	Periodo	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
MARCOS GERALDO BALDINI	01/01/17 até 31/12/17	547.337.826-91	JAPAO,NOVO MUNDO II - 37.901-090	M3384194 - SSP	controladoria@passos.mg.gov.br	(0035)3526-5994

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2017 foi aprovada sob o nº 003247

Receita Prevista e Despesa Fixada: 233.381.414,55

2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

	Descrição	Nº da Lei	Data da Lei	Percentual Autorizado	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
	Lei Orçamentária Anual	003247	26/12/2016	30,00	70.014.424,37	38.051.719,37	
Total autorizado na LOA					70.014.424,37	38.051.719,37	0,00
Outras Leis autorizativas para Abertura de Créditos Suplementares							
	Créditos Suplementares Irregulares						0,00

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	36.058.412,05
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	1.993.307,32
Créditos Suplementares Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	38.051.719,37

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Nº da Lei	Data		Valor Autorizado (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
3260	02/05/2017		364.861,39	364.861,39	0,00
3264	29/06/2017		2.149.427,49	1.906.405,76	0,00
3283	12/12/2017		220.175,07	169.365,94	0,00
3294	26/12/2017		581.100,00	431.000,00	0,00
3295	26/12/2017		375.007,50	288.967,31	0,00
Créditos Especiais Irregulares					0,00

Créditos Especiais Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	455.839,04
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	1.623.242,72
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	1.081.518,64
Créditos Especiais Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Especiais Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	3.160.600,40

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acrescimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F)
112 - Serviços de Saúde	44.954,87	0,00	0,00	1.475.000,00	1.403.618,79	71.381,21	0,00
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	51.266,55	0,00	0,00	3.595.000,00	3.104.245,08	490.754,92	0,00
124 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	371.036,55	0,00	0,00	8.053.802,13	1.111.119,56	6.942.682,57	0,00
129 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	305.024,38	0,00	0,00	1.576.300,00	1.245.637,27	330.662,73	0,00
142 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	24.600,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	158.019,61	14.676,00	0,00	6.359.976,00	6.321.025,18	38.950,82	0,00
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	260.413,55	0,00	0,00	1.420.700,00	1.288.052,94	132.647,06	0,00
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	211.693,19	0,00	0,00	105.000,00	104.979,55	20,45	0,00
152 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	42.053,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acrescimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F)
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	22.325,98	131.000,00	108.674,02	131.000,00	0,00	131.000,00	0,00
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	0,00	1.477.566,72	1.477.566,72	10.298.582,83	6.574.101,20	3.724.481,63	0,00
Total			1.586.240,74				0,00

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 1.586.240,74. Entretanto não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa empenhada sem recursos", atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
00 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	558.157,98	0,00	0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
12 - Serviços de Saúde	34.594,06	0,00	0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	57.637,91	0,00	0,00
17 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	3.214,95	0,00	0,00
18 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	3.069.109,58	0,00	0,00
19 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	0,00	0,00	0,00
22 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	1.089.463,00	0,00	0,00
23 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
24 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	4.449.424,46	0,00	0,00
29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	118.553,69	255.000,00	136.446,31
42 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	456.302,24	364.861,39	0,00
44 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	51.353,33	0,00	0,00
45 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	18.498,90	0,00	0,00
46 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	936.538,75	0,00	0,00
47 - Transferência do Salário-Educação	3.020.445,68	0,00	0,00

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
48 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	583.385,04	0,00	0,00
49 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.128.198,76	910.000,00	0,00
50 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	682.345,83	709.000,00	26.654,17
51 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00
52 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	542.311,83	510.000,00	0,00
53 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	439.520,78	167.274,63	0,00
55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	384.418,48	98.689,94	0,00
56 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	39.478,42	0,00	0,00
57 - Multas de Trânsito	31.649,16	60.000,00	28.350,84
58 - Contribuição para a Assistência à Saúde dos Servidores: Patronal, dos Servidores, dos Prestadores de Serviços Contratados	0,00	0,00	0,00
90 - Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
92 - Alienação de Bens	12.744,55	0,00	0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	0,00	0,00	0,00
Total			191.451,32

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

Considerações:

- Constatou-se inicialmente que foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor total de R\$ 191.451,32 mediante as fontes de recursos 29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no valor de R\$ 136.446,31, fonte 50 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde no valor de R\$ 26.654,17 e fonte 57 - Multas de Trânsito no valor de R\$ 28.350,84. Entretanto não foram empenhadas despesas em sua totalidade sendo constatado saldo a empenhar no valor de R\$ 215.684,34 na fonte de recursos 29, R\$ 59.054,43 na fonte de recursos 50 e R\$ 28.493,15 na fonte de recursos 57, razão pela qual não consideramos irregular a abertura dos créditos adicionais mediante a fonte de recursos "Superávit financeiro".

2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988)

Créditos Concedidos (A)	Despesa Empenhada (B)	Despesa Excedente (B-A)
238.594.483,23	207.760.806,57	0,00

Obs.: Os Créditos concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Conclusão do Item:

Item Irregular:

Embora o montante das despesas empenhadas não tenha superado o total dos créditos concedidos, ressalta-se que, em um exame analítico dos créditos orçamentários, conforme Relatório anexado ao SGAP, constatou-se a realização de despesa excedente no valor de R\$ 316.801,58, contrariando o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988."

2.5 - Realocação de Recursos Orçamentários (art. 167, VI, CR/88)

Tipo Informado				Tipo Recolocado			
Decreto	Valor	Remanejamento	Transposição	Transferência	Crédito Adicional	Alteração de Fonte	Alteração Gerencial
Remanejamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposicao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.: Síntese do Relatório anexado à PCA.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Conclusão do Item:

O município, em sua execução orçamentária, não utilizou os instrumentos previstos no art. 167, VI.

Considerações:

À vista da recorrência de utilização pelos municípios dos instrumentos previstos no art. 167, Inc. VI, e em sua maioria, de maneira incorreta, apresentamos, em síntese, os conceitos contidos nas Consultas nº 862749 de 25/06/2014 e nº 958027 de 02/03/2016 – TCEMG, objetivando uma melhor compreensão do tema, quais sejam: Remanejamentos são realocações na organização de um ente público com destinação de recursos de um órgão para outro.

Transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho e/ou Ações, dentro do mesmo órgão.

Transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Ressaltamos que o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, devem ocorrer mediante prévia autorização legislativa, sendo incabível previsão nesse sentido na Lei Orçamentária Anual. (Art. 165, § 8º).

2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Abertura de créditos adicionais - utilização de fontes incompatíveis.

Conclusão do Item:

Detectamos decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, não atendendo à Consulta nº 932477/14 - TCEMG, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200 (Relatório anexado à PCA).

Recomendações:

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 desse Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288**Exercício: 2017****3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88****Informações**

Descrição	Percentual	Valor
Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		133.423.266,77
Repasse Concedido		7.200.000,00
(-) Numerário Devolvido		0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		290.507,29
Total do Repasse Concedido	5,18	6.909.492,71
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	6,00	8.005.396,01
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00

Informações Complementares

População*	112402
Número de Vereadores	17
Inciso conforme Caput Art. 29-A	II

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

Conclusão do Item:**Item Regular:**

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso II do Caput do artigo 29A da CR/88.

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)	

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	16.719.127,37
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	219.513,12
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.169.753,33
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	2.034.240,19
Sub Total	20.142.634,01
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.538.492,24
Sub Total	4.538.492,24
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	12.417.261,52
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	43,74
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	186,19
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	173.384,60
Sub Total	12.590.876,05
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	4.446.786,77
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	449.012,48
Sub Total	4.895.799,25
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	42.167.801,55
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.450.753,13
1721.01.03 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.798.272,98
1721.01.04 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.855.339,57
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	214.090,45
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	203.336,52
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	36.741.416,69
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	15.836.986,38
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	463.416,20
Total	97.563.611,92
TOTAL DAS RECEITAS	139.731.413,47

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)	

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0022 - GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	2.031.670,18	123.946,06	96.378,98	2.251.995,22
Sub Total	2.031.670,18	123.946,06	96.378,98	2.251.995,22
361 - Ensino Fundamental				
0020 - EDUCACAO EM ACAO EM TEMPO INTEGRAL	184.472,64	0,00	0,00	184.472,64
0021 - FORMACAO INTEGRAL DO ALUNO DE ENSFUNDAMENTAL	9.081.563,85	132.193,68	568.571,71	9.782.329,24
Sub Total	9.266.036,49	132.193,68	568.571,71	9.966.801,88
365 - Educação Infantil				
0019 - CUIDAR E EDUCAR NA EDUCACAO INFANTIL	4.911.392,50	83.050,39	397.067,69	5.391.510,58
Sub Total	4.911.392,50	83.050,39	397.067,69	5.391.510,58
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
12 - Total Educação	16.209.099,17	339.190,13	1.062.018,38	17.610.307,68

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	16.209.099,17
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	18.781.803,31
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.401.208,51
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	36.392.110,99
Disponibilidade de caixa (D)	1.328.041,21
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	1.328.041,21
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	73.167,30
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	36.318.943,69

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)	

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	0,00	139.731.413,47
J - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	34.932.853,37
I - Valor da Aplicação	25,99	36.318.943,69
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		1.386.090,32

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 25,99% da Receita Base de Cálculo.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	53.387.597,83
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	2.332.641,58
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	23.725.837,45
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	4.278.067,42
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	3.104.245,08
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	989.389,09
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	150.000,00
147 - Transferência do Salário-Educação	1.197.109,53
Sub Total	35.777.290,15
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 101 e 201 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	35.777.290,15
Total após exclusões (C = A - B)	17.610.307,68
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	18.781.803,31
Total das Despesas (E = C + D)	36.392.110,99

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	1.401.208,51
Disponibilidade de caixa (G)	1.328.041,21
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (I = G - H)	1.328.041,21
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (J = F - I)	73.167,30
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = E - J + K)	36.318.943,69

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012)	

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	16.719.127,37
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	219.513,12
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.169.753,33
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	2.034.240,19
Sub Total	20.142.634,01
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.538.492,24
Sub Total	4.538.492,24
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	12.417.261,52
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	43,74
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	186,19
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	173.384,60
Sub Total	12.590.876,05
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	4.446.786,77
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	449.012,48
Sub Total	4.895.799,25
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	42.167.801,55
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.450.753,13
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	214.090,45
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	203.336,52
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	36.741.416,69
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	15.836.986,38
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	463.416,20
Total	93.909.999,37
TOTAL DAS RECEITAS	136.077.800,92

Município: Passos **Exercício: 2017**
Nº do Processo: 1047288
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0008 - GESTAO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	163.902,64	60.000,00	0,00	223.902,64
0036 - REDE DE ATENCAO A SAUDE	2.655.062,86	141.153,82	51.112,89	2.847.329,57
Sub Total	2.818.965,50	201.153,82	51.112,89	3.071.232,21
301 - Atenção Básica				
0036 - REDE DE ATENCAO A SAUDE	6.987.615,28	447.491,21	206.426,46	7.641.532,95
Sub Total	6.987.615,28	447.491,21	206.426,46	7.641.532,95
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
0036 - REDE DE ATENCAO A SAUDE	10.770.816,12	632.310,71	117.366,46	11.520.493,29
0037 - ATENCAO SECUNDARIA A SAUDE	99.898,38	19.656,00	17.012,40	136.566,78
0038 - SAUDE TODA HORA	8.596.624,98	169.281,61	110.248,67	8.876.155,26
Sub Total	19.467.339,48	821.248,32	244.627,53	20.533.215,33
304 - Vigilância Sanitária				
0040 - VIGILANCIA NA SAUDE	485.380,91	47,50	6.883,24	492.311,65
Sub Total	485.380,91	47,50	6.883,24	492.311,65
305 - Vigilância Epidemiológica				
0040 - VIGILANCIA NA SAUDE	2.333.527,04	0,00	33.209,70	2.366.736,74
Sub Total	2.333.527,04	0,00	33.209,70	2.366.736,74
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	32.092.828,21	1.469.940,85	542.259,82	34.105.028,88

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)	

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	32.092.828,21
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	2.012.200,67
Subtotal (C = A + B)	34.105.028,88
Disponibilidade de caixa (D)	118.928,61
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	1.561.076,44
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	2.012.200,67
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	32.092.828,21

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	0,00	136.077.800,92
J - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	20.411.670,14
I - Valor da Aplicação	23,58	32.092.828,21
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		11.681.158,07

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 23,58% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Município: Passos

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047288

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	57.110.081,17
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	335.817,73
112 - Serviços de Saúde	1.403.618,79
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	6.321.025,18
149 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.237.727,49
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	1.288.052,94
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	104.979,55
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	6.574.101,20
248 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	131.097,41
249 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	859.996,49
250 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	649.945,57
255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	98.689,94
Sub Total	23.005.052,29
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	23.005.052,29
Total após exclusões (C = A - B)	34.105.028,88

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	2.012.200,67
Disponibilidade de caixa (E)	118.928,61
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	1.561.076,44
Saldo de Disponibilidade de Caixa (G = E - F)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (H = D - G)	2.012.200,67
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (I)	0,00
Total Aplicado (J = C - H + I)	32.092.828,21

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)	

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	102.100.204,75	4.473.005,81	106.573.210,56
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.974.470,82	4.473.005,81	105.447.476,63
3.1.71.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	53.914,80	0,00	53.914,80
3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	53.914,80	0,00	53.914,80
3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	53.914,80	0,00	53.914,80
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	100.920.556,02	4.473.005,81	105.393.561,83
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	4.014.310,89	290.507,29	4.304.818,18
3.1.90.01.01 - Aposentadorias Custeadas com Recursos do RPPS	80.406,76	0,00	80.406,76
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	3.933.904,13	290.507,29	4.224.411,42
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	649.093,78	0,00	649.093,78
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	649.093,78	0,00	649.093,78
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	20.516.076,47	0,00	20.516.076,47
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.193.930,81	0,00	1.193.930,81
3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%)	38.951,07	0,00	38.951,07
3.1.90.04.99 - Outros	19.283.194,59	0,00	19.283.194,59
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	56.617.087,53	3.511.734,38	60.128.821,91
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	13.714.827,14	0,00	13.714.827,14
3.1.90.11.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: até 40%)	2.747.299,27	0,00	2.747.299,27
3.1.90.11.03 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exceto FUNDEB	1.439.006,26	0,00	1.439.006,26

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)	

3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	34.567.538,88	1.322.048,84	35.889.587,72
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	3.765.561,97	1.071.710,76	4.837.272,73
3.1.90.11.06 - Subsídio de Vereador	0,00	1.117.974,78	1.117.974,78
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	180.361,88	0,00	180.361,88
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	63.098,88	0,00	63.098,88
3.1.90.11.11 - Empregado Público	4.375,32	0,00	4.375,32
3.1.90.11.12 - Remuneração de Membros de Conselhos	135.017,93	0,00	135.017,93
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.225.459,19	670.764,14	12.896.223,33
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	8.990.275,21	670.764,14	9.661.039,35
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	2.702.766,90	0,00	2.702.766,90
3.1.90.13.05 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (até 40%)	532.417,08	0,00	532.417,08
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.699.201,88	0,00	1.699.201,88
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.699.201,88	0,00	1.699.201,88
3.1.90.91.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	3.967.307,58	0,00	3.967.307,58
3.1.90.91.01 - Sentenças Judiciais de Pessoal Ativo	3.967.307,58	0,00	3.967.307,58
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.232.018,70	0,00	1.232.018,70
3.1.90.94.01 - Indenizações por Demissão de Servidores ou Empregados	24.799,78	0,00	24.799,78
3.1.90.94.03 - Restituições e Outras Indenizações Trabalhistas	1.207.218,92	0,00	1.207.218,92
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.125.733,93	0,00	1.125.733,93
3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.125.733,93	0,00	1.125.733,93
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1.125.733,93	0,00	1.125.733,93

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)	

3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1.125.733,93	0,00	1.125.733,93
---	--------------	------	--------------

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	80.406,76	0,00	80.406,76
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	4.582.997,91	290.507,29	4.873.505,20
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	1.232.018,70	0,00	1.232.018,70
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	5.895.423,37	290.507,29	6.185.930,66
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	96.204.781,38	4.182.498,52	100.387.279,90

Município: Passos	Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047288	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)	

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	229.297.594,79
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	18.781.803,31
Sub Total	18.781.803,31
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
91 - Renúncia	0,00
Sub Total	0,00
Total	18.781.803,31
Exclusões	
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	0,00
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	0,00
Receitas Corrente Intraorçamentária	
7600.42.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00
7600.41.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	420.774,62
7932.99.52 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
7600.13.99 - RECEITA DE SERVIÇOS	142,88
7921.99.00 - INDENIZAÇÕES	25,54
Sub Total	420.943,04
Total	420.943,04
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	210.094.848,44

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	113.451.218,16	12.605.690,91	126.056.909,06
Total da Despesa com Pessoal	96.204.781,38	4.182.498,52	100.387.279,90
% Aplicado	45,79	1,99	47,78
% Excedente	0,00	0,00	0,00

Município: Passos

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047288

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Regular:

O Poder Executivo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 45,79% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Poder Legislativo

Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 1,99% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município

Item Regular:

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 47,78% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município: Passos

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047288

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O Parecer do Controle Interno foi pela regularidade das contas

Conclusão do Item:

Item Regular:

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

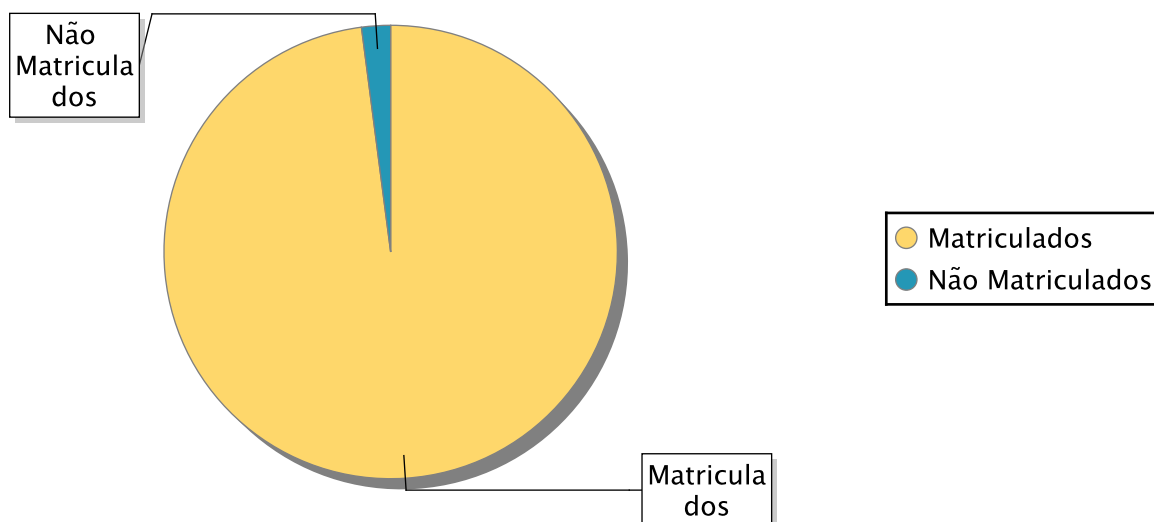
Exercício: 2017

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.

A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

População de 4 a 5 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
2672	2617



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu apenas 97.94% da Meta 1 no tocante à universalização da educação infantil na pré-escola no exercício 2016, deixando de atender o disposto na Lei nº 13.005/2014, em 2.06%.

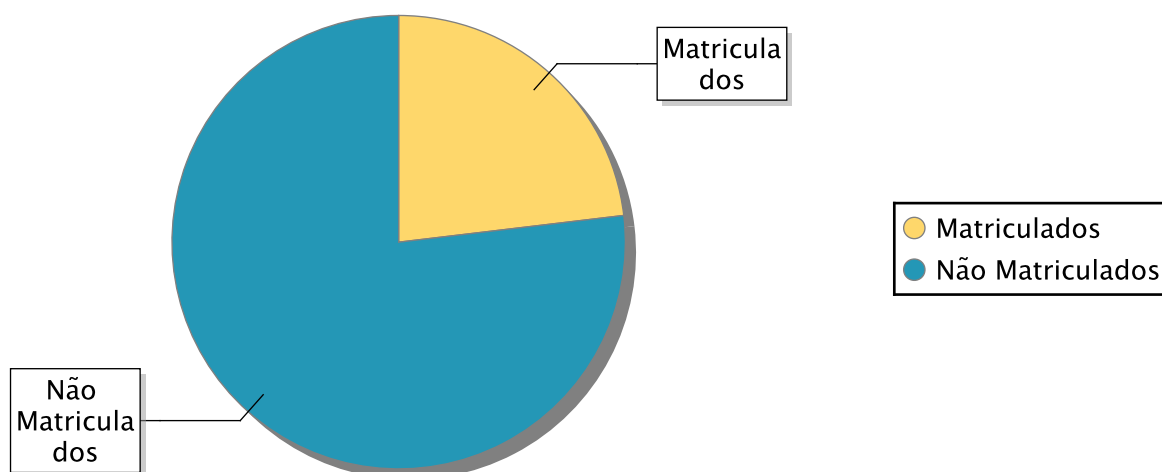
Recomendações:

Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

B - Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024.

Município:	Passos	Exercício:	2017
Nº do Processo:	1047288		

População de 0 a 3 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
5550	1283



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu, até o exercício de 2017, o percentual de 23.12% no tocante a oferta em creches para crianças de 0(zero) a 3(três) anos, devendo atingir no mínimo 50% até 2024, conforme disposto na Lei nº 13.005/2014.

META 18 - Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/ de 2008.

Modalidade da Educação Básica

Modalidade da Educação Básica Piso Nacional (40 horas semanais): R\$2.298,80	Valor Pago Pelo Município
Creche	R\$ 1.484,08
Pré Escola	R\$ 2.097,48
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	R\$ 2.097,48

Fonte: I-EDUC

Questionário Educação - IEGM - Portal SICOM

Conclusão do Item:

O Município não observa o piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado para o exercício de 2017, pela Portaria MEC nº 31, de 2017, não cumprindo o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República.

Município:	Passos
Nº do Processo:	1047288

Exercício:	2017
-------------------	------

Recomendações:

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2017 pela Portaria MEC nº 31, de 2017, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

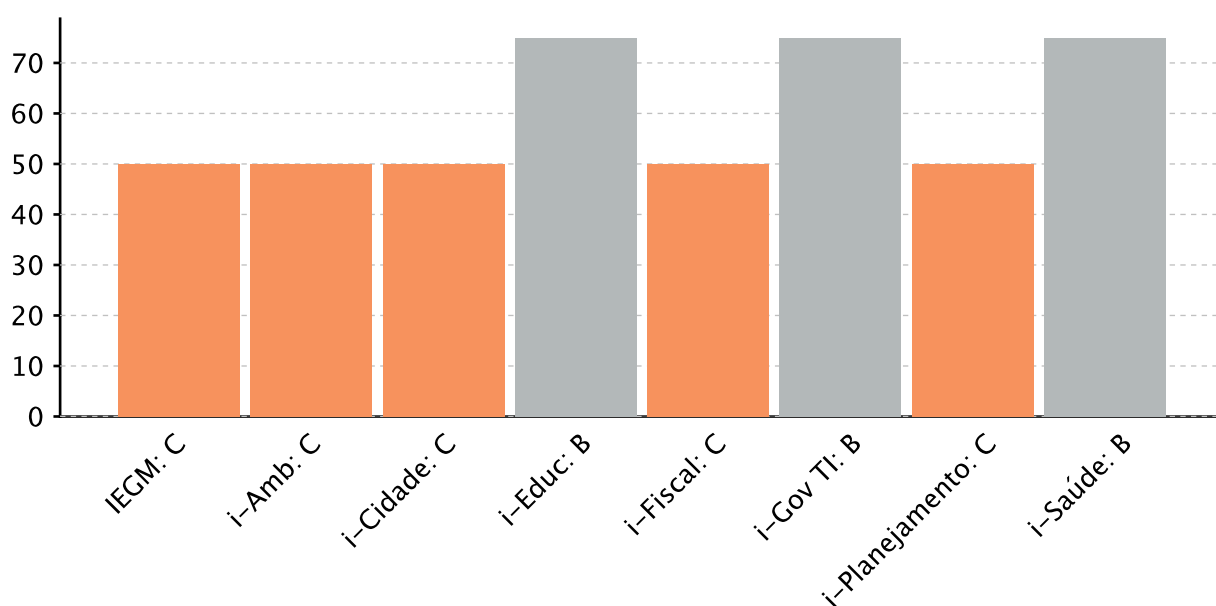
Exercício: 2017

9 - Resultado obtido pelo município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais agrega ao parecer prévio sobre as contas do Prefeito municipal o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal que tem por objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em 7 (sete) grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação. Os dados para o cálculo do IEGM são obtidos por meio de questionário aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas aos jurisdicionados, do sistema SICOM. Após ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões - calculada conforme metodologia única adotada nacionalmente -, o Município é enquadrado em uma das cinco faixas de resultado que obedecem aos seguintes critérios:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

O gráfico a seguir apresenta os resultados gerais alcançados pelo Município nos sete indicadores, os quais estão sujeitos a alterações em razão de outras ações de fiscalização, tais como emissão de parecer prévio referente à Prestação de Contas Anual, inspeções, auditorias, denúncias, representações etc.



Município:	Passos
Nº do Processo:	1047288

Exercício:	2017
-------------------	------

O Tribunal de Contas ao apresentar os resultados do IEGM, no âmbito do parecer prévio emitido sobre as contas anuais do chefe do Poder Executivo, amplia o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública , possibilitando possíveis correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as demandas da sociedade.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 1.586.240,74. Entretanto não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa empenhada sem recursos", atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso II do Caput do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 25,99% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual de 23,58% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Executivo

O Poder Executivo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 45,79% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 1,99% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Município

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 47,78% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

ITENS IRREGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988)

Embora o montante das despesas empenhadas não tenha superado o total dos créditos concedidos, ressalta-se que, em um exame analítico dos créditos orçamentários, conforme Relatório anexado ao SGAP, constatou-se a realização de despesa excedente no valor de R\$ 316.801,58, contrariando o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988."

CONCLUSÃO:

Após a análise da prestação de contas apresentada, conclui-se que as irregularidades poderão ensejar a rejeição das contas em conformidade com o disposto no inciso III do art. 45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

RECOMENDAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 desse Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200.

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Realocação de Recursos Orçamentários (art. 167, VI, CR/88)

O município, em sua execução orçamentária, não utilizou os instrumentos previstos no art. 167, VI.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Detectamos decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, não atendendo à Consulta nº 932477/14 - TCEMG, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200 (Relatório anexado à PCA).

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

"Diante da(s) irregularidade(s) apontada(s) faz-se necessário, quando da abertura de vista, que o gestor apresente documentos comprobatórios de sua defesa e, caso seja necessária a alteração de dados nas remessas enviadas via Sicom, o prefeito poderá adotar os procedimentos de substituição de remessas disponíveis no Portal do Sicom (<http://portalsicom1.tce.mg.gov.br> ícone "Autorizar Substituição"), nos termos da INTC nº 04/2017 e do Passo a Passo Para Autorizar Substituta da PCA (aba "Orientações").

Cumpramos observar que a sobredita alteração de dados ocorrerá apenas para adequação das informações constantes do Sicom com as registradas no sistema contábil do órgão, sendo que para isso o gestor municipal deverá apresentar juntamente com sua defesa escrita, os documentos corroboradores das justificativas e das alterações eletrônicas de dados efetuadas.

As substituições poderão ser realizadas a partir da juntada do Aviso de Recebimento (A.R.) do ofício de intimação ou citação aos autos, devendo serem concluídas até o prazo limite para a apresentação da defesa. O relatório técnico e demais documentos que serviram de parâmetro para a análise das contas (arquivo "Relatório Técnico") estão disponíveis no Portal TCEMG no endereço www.tce.mg.gov.br, Aba "Secretaria Virtual" - "Vista Eletrônica de Processos". Para acessá-los, os responsáveis deverão informar o número de seu CPF e a chave de acesso constante do ofício de citação."

CACGM/DCEM, em 19/02/2019

Nome: ISABEL ANDRADE SILVA PINTO

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 14611

Município: Passos
Nº do Processo: 1047288

Exercício: 2017

Remessas

Informamos que a prestação de contas foi consolidada dia 29/06/2018 e teve por base as seguintes remessas:

Órgão(s)

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS AIP-668927229-JAN; AIP-6944449423-JUN; AIP-716720669-DEZ; AM-711637783-JAN; AM-711647935-FEV; AM-711682409-MAR; AM-711711681-ABR; AM-711718515-MAI; AM-711778189-JUN; AM-711850170-JUL; AM-711855110-AGO; AM-711863630-SET; AM-711867092-OUT; AM-712181969-NOV; AM-729971097-DEZ; DCASP-725751831-DEZ; DCASP-729872158-; IP-667783035-
02 - CAMARA MUNICIPAL DE PASSOS AM-733567812-JUL; AM-733568098-JAN; AM-733568102-FEV; AM-733568104-MAR; AM-733568108-ABR; AM-733568396-MAI; AM-733568398-JUN; AM-733568404-AGO; AM-733570594-SET; AM-733570600-NOV; AM-733570614-OUT; AM-733627621-DEZ; DCASP-733135281-DEZ
03 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS AM-668885114-JAN; AM-681446756-FEV; AM-685359901-MAR; AM-689575281-ABR; AM-690161772-MAI; AM-696539030-JUN; AM-704956263-JUL; AM-704962042-AGO; AM-705140748-SET; AM-712024120-OUT; AM-712057518-NOV; AM-730315401-DEZ; DCASP-732911895-DEZ